Artigo científico

Guilherme Jeremias de Oliveira Bastos[1], Rafael Fabrício de Oliveira[2]
[1,2]Instituto Federal de São Paulo – Câmpus São Roque

Patrimônio cultural do Quilombo do Carmo: demarcando no território a memória a partir da cartografia social

Cultural heritage of Quilombo do Carmo: demarcating in the territory the memory from the social cartography

Resumo. O fenômeno da escravidão, presente em todo território nacional, deixou marcas nas estruturas sociais do Brasil. Em paralelo, o surgimento dos Quilombos como forma de insurreição despertou no reconhecimento identitário a busca por direitos e liberdade. O processo histórico, entretanto, viabilizou a hegemonia dos escravagistas, ao passo que os oprimidos pela escravidão enfrentaram diversos empecilhos no seu desenvolvimento. Esta dinâmica se reproduz no bairro do Carmo, em São Roque-SP, simultaneamente ao patrimônio cultural, constantemente suprimido pela diminuição de seu território e dos valores culturais. Visando contribuir com a autonomia da comunidade e apoiar a mudança desta realidade, este trabalho teve como objetivo realizar um levantamento do patrimônio cultural da população remanescente quilombola do bairro do Carmo. Utilizou-se como metodologia uma abordagem calcada na cartografia social. Por meio desta abordagem, foi possível compreender a amplitude simbólica e material do território quilombola do Carmo, mapeamento os elementos significativos na memória da população e, portanto, dimensionando alternativas de reconhecimento, conservação, preservação e difusão de saberes, manifestações e conjuntos históricos que substanciam este território. **Palavras-chave:** Quilombo do Carmo, São Roque, Cartografia social.

Abstract. The phenomenon of slavery, present throughout the national territory, left marks in the social structures of Brazil. Simultaneously, the emergence of the Quilombos as a form of insurrection aroused in the recognition of the search for rights and freedom. The historical process, however, enabled the hegemony of the slavers, while the oppressed by slavery faced several obstacles in their development. This dynamic is reproduced in the neighborhood of Carmo, in São Roque-SP, simultaneously to cultural heritage, constantly suppressed by the decline of its territory and cultural values. Aiming to contribute to the autonomy of the community and to support the change of this reality, this work had as objective to carry out a survey of the cultural patrimony of the remaining quilombola population of the Carmo neighborhood. An approach based on social cartography was used as methodology. Through this approach, it was possible to understand the symbolic and material amplitude of Carmo's quilombola territory, mapping the significant elements in the memory of the population and, therefore, dimensioning alternatives of recognition, conservation, preservation and diffusion of knowledge, manifestations and historical groups that substantiate this territory. **Keywords:** Quilombo do Carmo, São Roque, Social cartography.

Introdução

A memória é um elemento importante na construção da identidade. Vinculada ao sentimento de pertença em um grupo, situa-se como ponto de referência não apenas no tempo e espaço, mas em sua situação, status, fortalecendo neste grupo a capacidade de desenvolvimento. De forma geral, pode-se definir que a memória coletiva ou social como patrimônio cultural que imprime noção de personalidade, distinção de posição geográfica e entre povos. Este patrimônio pode ser material, obras e símbolos estáticos, ou imaterial, o pensar e agir coletivamente, modo produtivo, artesanato, danças, filosofias e mitologias. A compreensão

do ser humano em suas ações particulares e a humanidade como entidade simbólica está entre as possibilidades do patrimônio cultural. Atuando como elo entre indivíduo e a experiência situada nos locais e nas épocas, sendo capaz de assumir para si os acertos e erros, norteando seu desenvolvimento e sustentabilidade. Pode-se entender o patrimônio cultural como égide de um povo e este povo como patrimônio cultural de uma nação (ARARIPE, 2004).

No Brasil é notável a falta de identificação e o sentimento de alienação perante o patrimônio cultural. Na perspectiva de Funari (2001), o resultado de uma nação escravista desde o início, origem de extrema desigualdade social, na qual promovia-se estrategicamente as realizações e memória exclusivas dos poderosos. Desta maneira, forjando a imagem de um país à sua semelhança, enquanto negros e índios eram representados como figuras dominadas pelos conquistadores e aquém de sua própria cultura. Formada historicamente por povos oprimidos, a população brasileira tem o surgimento dos Quilombos como um dos maiores símbolos da resistência. Entretanto, essa ancestralidade é crucialmente mal representada nos materiais didáticos, desencadeando processos dinâmicos na estrutura social do país até os dias atuais. Schmitt et al. (2002) nos lembra que a luta de movimentos identitários junto a acadêmicos e juristas culminou em políticas compensatórias à precariedade socioeconômica infligida ao povo negro no Brasil. Como exemplo a elaboração do artigo 68 da Constituição Federativa Brasileira em 1988, qual cita que "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (BRASIL, 1988).

A emanação de direitos a etnias menos favorecidas foi conferida mediante representação de identidade, na tentativa de garantir a reprodução de seu patrimônio. Entretanto, muitas comunidades não eram reconhecidas por não se enquadrarem nas categorias originais associados a questão do refúgio e o isolamento. Foram estudos posteriores que revelaram variedade na ocupação da terra, onde o quilombo se formou na própria senzala, mantendo produção autônoma em épocas de recessão econômica. Essa relativa autonomia e interação com a economia local, entretanto não garantiram aos ex cativos, propriedade sobre a terra, mesmo após a abolição. Mecanismos legais como a Lei de Terras, de 1850, visavam substituir o direito ao uso do solo pela transformação da terra em mercadoria, delimitando as atividades de camponeses tradicionais, como os quilombolas, até os dias de hoje. Dessa forma entende-se que a ocupação dos territórios ainda possui caráter de resistência, conforme as populações demandam o reconhecimento de seu patrimônio (SCHMITT et al., 2002).

Conforme atentam as observações de Silva (2007), existem dificuldades na implantação de políticas identitárias devido à falta de preparo dos órgãos públicos em reconhecer os povos no território nacional. A definição do conceito de comunidades tradicionais, faz-se necessária, englobando entre estes especialmente indígenas, quilombolas e outros povos intimamente ligados à terra, visto que sua como questão principal, o acesso ao território, desempenha papel importante na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Já Simões et al. (2011) aponta que pesquisas realizadas nestas comunidades revelam que o extrativismo, conhecimento de plantas medicinais e cultivo de subsistência é parte de seu patrimônio cultural, lhes fornecendo boa provisão de água e alimento, sem nunca exaurir o ambiente natural. Este modo de vida tem sido estudado na elaboração de incrementos à sustentabilidade ambiental e social. Entretanto, a urbanização segue suprimindo o desenvolvimento das comunidades tradicionais, o que gera a necessidade de adaptar-se a territórios cada vez menores. Assim como o decorrente desmatamento e a consequente diminuição da biodiversidade e desequilíbrio ecológico, o que

por sua vez ocasiona a proliferação de espécies consideradas pragas e o alastramento de doenças. Entre outros efeitos a emissão de gases poluentes, potencial aumento do efeito estufa, desequilíbrio climático e perda de recursos hídricos, devido alterações no ciclo hidrológico, operando em escalas variadas.

Diante dos pressupostos, a identificação do patrimônio se prova como ferramenta eficaz no reconhecimento e conseguinte titulação de comunidades tradicionais. Para tal, a elaboração de mapas abordada por Filho e Teti (2013), na qual o uso da chamada cartografia social aplica-se não a topografias, mas sim na dinâmica das relações coletivas dentro de um espaço e suas subjetividades. Dentro dessa dinâmica, o procedimento de mapeamento participativo consiste em técnicas georreferenciais para identificar e representar o patrimônio de comunidades por sua própria perspectiva. Na dialética de Acselrad (2000), a criação de mapas digitais é possibilitada pela tecnologia, entretanto a demanda por conhecimento técnico e equipamentos caros torna-se uma limitação. Por essa razão, órgãos de pesquisa como universidades, contribuem junto às comunidades para seu mapeamento. Reunir conhecimento e cultura para protagonizar a preservação de suas tradições, em oposição à hegemonia econômica. Esse método consagrou sua eficácia ao sanar problemas socioambientais dos esquimós no Canadá e dos indígenas na Amazônia, garantindo-lhes sustentabilidade, demarcação de terras e preservação do meio ambiente.

O fator de enquadramento pode ter se colocado como barreira à titulação do Quilombo do Carmo, localizado em São Roque - SP, objeto deste estudo de caso. Apesar de suas características claramente de origem e reprodução como território étnico, trejeitos, costumes e histórias evidenciam o patrimônio impresso nos locais e nas pessoas. O reconhecimento da ligação entre ancestralidade e território lhes é negado ao passo que sua identidade é suprimida por diversos mecanismos psicológicos e sociais, manipulados por forças opositoras à regulação. Restando aos remanescentes apenas o Ser, confiando no resultado das ações afirmativas, nas quais somam-se requisitos e anseios de seus antepassados (FERREIRA, 2012). Mediante todos estes conhecimentos objetivou-se, portanto, através do estudo realizado a caracterização, análise patrimonial e mapeamento participativo no Quilombo do Carmo, visando contribuir com seu processo de titulação o acesso aos direitos identitários, incrementando sua sustentabilidade, autonomia e plenitude.

Materiais e Métodos

Para realização deste estudo foram executadas atividades práticas e teóricas divididas em cinco partes, sendo elas:

- *Revisão literária* incluindo textos sobre os quilombos no Brasil, o Quilombo do Carmo, aplicações da cartografia social e uso sustentável do solo, visando obter conhecimento de causa e maneiras de atuação.

- *Visitas de campo* para diálogo com representantes da comunidade, bem como participação em eventos de seu calendário, obtendo depoimentos para detalhamento histórico e reconhecimento de seu modo de vida.

- *Registro fotográfico* do patrimônio histórico e cultural do povoado, incluindo estruturas físicas, o ambiente natural e as relações sociais desenvolvidas na localidade.

- *Análise do patrimônio* através da experiência empírica e representação cultural do quilombo do Carmo.

- *Mapeamento participativo* do bairro, georreferenciando polos importantes para sua cultura através do software QGIS e ArcGis, utilizando como base fotografia espacial da região obtida em ambos os softwares.

A apresentação deste trabalho segue a mesma ordem de elaboração, com objetivo de traçar uma linearidade facilmente compreensível. Portanto sua composição tem início com a história do Quilombo do Carmo, seguida da representação de seu patrimônio e finalizada com o referenciamento dos locais analisados.

Resultados e Discussão

Histórico do Quilombo

O levantamento histórico do bairro se iniciou após eventos de grande repercussão, ao final da década de 90. Relata-se que alguns membros da comunidade tomaram conhecimento das políticas compensatórias embasadas no artigo 68 da constituição de 1988. Representando sua ancestralidade através de documentos, estes remanescentes realizaram loteamento, arrendamento e venda de porções do terreno que por lei seria de propriedade coletiva e impassível de transferência a terceiros. Sabendo do ocorrido, atores locais moveram processo que levou os responsáveis à reclusão por um curto período. Após a soltura dos remanescentes, a existência de um quilombo foi notificada aos órgãos federais, iniciando-se investigações por representantes do Ministério Público e do Incra. Neste processo foi solicitada a elaboração de um laudo antropológico do bairro Carmo em São Roque-SP à Procuradoria da República do Município de Sorocaba, sendo iniciado no começo dos anos 2000. A pesquisa registrou que a maioria dos moradores descendia de escravizados pela Igreja da Província Carmelitana Fluminense, fato já conhecido na comunidade. Netos de escravos relataram que o nome do bairro se deve a uma imagem de Nossa Senhora do Carmo que fora encontrada nas proximidades, sobre uma pedra. Após o achado, uma capela foi improvisada nas senzalas pelos próprios escravos e a imagem foi depositada neste local, representando acolhimento milagroso pela Santa. Desde então, os subordinados à província Carmelitana passaram a fazer apelos e rezas, pedindo sua libertação, que concedida pouco tempo depois, foi encarada como graça divina. Segundo a pesquisa, em 1888, após a abolição da escravatura, parte dos ex cativos seguiu à trabalho para região de Bananal, como pagamento de uma suposta dívida atribuída à N.S. do Carmo, levando a imagem em procissão até o local. Vinte anos depois eles voltaram, trazendo a imagem em nova procissão, se estabelecendo na fazenda como filhos da Santa. De acordo com as observações de Rios e Mattos (2004), era costumeiro os proprietários de terras concederem alforrias e permitirem a ocupação de pequenos territórios pelos escravos antecipando-se à abolição com intuito de garantir a continuidade da prestação de serviço por meio da gratidão. Paralelamente, houve o interesse de muitos libertos em se manter próximos de suas famílias, assim como economicamente ligados à terra que já trabalhavam. Muitas tentativas de mobilidade para regiões urbanas terminavam em frustrante marginalidade, ao passo que o controle sobre seu próprio trabalho no campo demonstrava-se mais vantajoso, inclusive pela interpretação de liberdade adquirida. Esta dinâmica parece ter operado no quilombo do Carmo, justificando a presença dos libertos na terra de seus ancestrais. Entretanto, a antiga ordem religiosa PCF

passara a cobrar aluguel de seus ex escravos a partir de 1900, abrindo processos fundiários para loteamento da região, numa perspectiva liberal que se alastrava no país. Mediante acionamento judicial, os libertos recorreram dos processos, tendo a defesa comprovado a concessão das terras pela própria PCF devido uso comum da terra e aos anos de trabalho prestado. O tribunal concedeu o direito de ocupação de parte daquelas terras aos libertos, sendo reduzidas a um quarto, exigindo ainda que abandonassem estruturas construídas em outras áreas. Após a conclusão, uma série de violentos embates e conflitos armados seguiu-se pela posse da terra, resultando em expulsões formais e informais. O território dos ex escravos foi reduzido drástica e continuamente, sendo sua resistência noticiada no jornal local como um atraso no progresso da cidade. Em meados da década de 1970, empreendimentos imobiliários luxuosos começaram a ocupar a região, deixando pôr fim aos descendentes do Carmo apenas 1% do terreno original. Um dos empreendimentos de luxo situados no território leva o nome de ´´Patrimônio do Carmo``, em memória aos Carmelitas que ali empregaram forçadamente os ancestrais dos quilombolas. Neste local ainda trabalham muitos moradores do bairro, ocupando ofícios em continuidade aos de seus pais, como construção civil, panificação e arrumação doméstica.

Até final dos anos 2000, o bairro ainda possuía pouca estrutura urbana, não recebendo atenção do poder público. Pouco se falava sobre as questões quilombolas durante as investigações pois tensões frente a constantes ameaças faziam com que os remanescentes não se manifestassem sobre o assunto. Porém ao término do laudo antropológico iniciou-se uma nova perspectiva para o Quilombo, no que foi chamado ´´Momento Pós Laudo``, a busca pela fortificação das raízes como ferramenta para reconhecimento do patrimônio e melhoria das condições de vida. Neste momento uma repentina urbanização tomou conta do bairro do Carmo, descrito na pesquisa como “Surto Civilizatório”, o que trouxe ao local a pavimentação das ruas, transporte público e a construção de um posto de saúde Stucchi e Ferreira (2010). Alguns moradores atribuem esse processo aos atores que articularam a prisão dos primeiros a proclamarem sua identidade quilombola, fato que aumenta a desconfiança e sugere ligações com os incorporadores imobiliários. Alguns, entretanto, alegam que o contato com a política proporciona melhorias constantes e uma voz na câmara da cidade. Segundo relato:

> Antes, a gente tinha que andar muitos quilômetros por essa rua de terra pra pegar um ônibus e chegar na cidade. Nossos pais passavam o dia todo lá resolvendo as coisas, desde vacinar as crianças até pagar conta, porque só tinha dois ônibus por dia, um de manhã e um de tarde. Agora tem mais condução e um postinho aqui no bairro. Ainda não sabemos se eles nos ajudam com esses processos de reconhecimento das terras. No final nós vamos descobrir (Morador do Bairro do Carmo, São Roque/SP, 2018).

De acordo com os remanescentes ouvidos, uma associação de quilombolas do bairro começou a se formar em meados de 2010, parte indispensável para a titulação junto aos órgãos federais. Entre os associados, funcionários dos empreendimentos de alto padrão que foram instruídos ou coagidos a não participar das reuniões, manifestando posicionamento contrário à titulação. Semanas depois a associação dos remanescentes foi inaugurada, apesar do empecilho. Em tempo coincidente, os associados mais ativos nas atividades religiosas foram advertidos quanto à segurança da Santa do Carmo, por um padre que comparecia periodicamente ao local. Nas palavras dos quilombolas ele dizia “a imagem da Santa fica ali exposta, enquanto muita gente

de fora vem aqui prestar homenagem. Mas essa ela é feita de bronze, muitos metais preciosos que chamam atenção". Em sequência a imagem desapareceu da igreja, sem deixar marcas de arrombamento, fato que segundo os remanescentes foi motivo de grande comoção. Procuravam pela imagem incessantemente, roçando a terra e buscando pelas casas, o que criou apreensão entre os moradores, ao passo que os remanescentes se encaravam com suspeita do roubo, tecendo possibilidades para o sumiço da Santa. Em pouco tempo a associação quilombola do bairro se desfez, sua causa foi amortecida pela ausência de seu símbolo maior de ajuda Divina pelo direito à liberdade, herança de seus antepassados. Suspeita-se entre os remanescentes que a dificuldade na titulação do território envolva interesses de grandes nomes da política e do empresariado, efetuando subornos, compra do silêncio e arquivando os processos nos órgãos públicos.

Segundo Rabinovich (2008) muitos conflitos e segmentação no Carmo tem origem na dúvida e discordância gerada sobre o assunto Quilombo. O pensamento de inferiorização perante a condição quilombola é induzido enquanto correntes políticas e ideológicas se confrontam pela definição ou veto da autoafirmação. Poucos remanescentes seguiram adquirindo propriedades, enquanto a maioria permanece como locatária em seu próprio terreno. O esclarecimento sobre as questões que representam o sujeito de direitos Quilombo desperta reações positivas, porém tímidas. O reconhecimento é intrínseco, assim como os receios em paralelo, o que reforça a necessidade de articulação. Assim como o reforçamento de seu patrimônio cultural, estendendo a capacidade de reprodução de costumes e acesso a seus direitos.

Análise e identificação dos espaços do quilombo

a. O bairro do Carmo

Localizado em relativo afastamento da cidade de São Roque, o Bairro do Carmo está imerso em uma região de áreas de matas preservadas, interrompidas em poucos trechos por sítios e outras propriedades rurais. Em suas proximidades, a estrada que vem da cidade de São Roque encontra-se paralela aos trilhos de uma linha ferroviária de carga e a atravessa por uma pequena ponte, que leva à entrada do bairro. Neste ponto, cercas de arame farpado restringem o acesso a áreas onde há apenas grama e ruínas, com placas que dizem "Propriedade particular. Segurança Armada. Perigo de Morte", numa clara demonstração de especulação imobiliária (Figura 1).

A entrada para o bairro se bifurca, de um lado leva ao condomínio "Patrimônio do Carmo" e outra ponta da estrada leva ao Bairro do Carmo. Muitas casas foram construídas sobre as antigas senzalas, cadeias e cemitérios de escravos, com a Capela Nossa Senhora do Carmo em praça matriz. Muitas famílias possuem criação de pequenos animais e cultivo de hortas em seus quintais, marca do modo de vida rural exercido por inúmeras gerações no local. Por meio da titulação do território, estes espaços poderiam se estender de forma livre, visto que em Quilombo a ocupação de áreas é determinada em comum acordo e não através da aquisição.

No bairro há uma escola de nível pré-escolar e outra de nível fundamental. Segundo relatos, alguns alunos encaram a ancestralidade em suas feições e trejeitos com repercussão negativa e passiva de encobrimento, fator natural ao racismo instituído nacionalmente. Neste espaço se realizam importantes iniciativas na tomada de consciência, noção de direitos e

autoestima através de rodas de conversa e eventos em datas como o Dia da Consciência Negra, buscando reconhecimento de suas raízes.

Visão panorâmica do bairro do Carmo.

Figura 1 - Demarcações imprecisas, especulação e lutas pela terra no bairro do Carmo. Fonte: Trabalhos em Campo, 2017 e 2018.

Na parte interna do bairro há um campo gramado de estrutura simples, ao lado de algumas casas. Ali joga um time reconhecido como um dos melhores da região. Toda estruturação física e social do bairro se dá em torno da igreja. São os laços familiares e a devoção à Santa os princípios da vivência e organização dos seus Filhos. O patrimônio se entende à simbologia religiosa e manifestação de espiritualidade. A igreja passou por várias reformas, especialmente durante o período civilizatório descrito nas pesquisas antropológicas (Figura 2).

Capela de Nossa Senhora do Carmo

Figura 2 - Capela dedicada à Santa N. S. do Carmo, entidade unificadora dos moradores. Fonte: Trabalhos em Campo, 2017 e 2018.

A praça matriz é ampla e recebe muitos fiéis durante as festividades católicas. Rodeada de iniciativas para prática do artesanato e outros ofícios, como panificação. Além do espaço onde se

reúne a banda que toca nos eventos religiosos. O bairro é rodeado pela estrada de um lado e o trem do outro. Não existem barreiras de proteção, porém se ouve o barulho de freios e apitos várias vezes ao dia. Há relatos de acidentes e fatalidades inclusive de crianças, nunca devidamente compensadas.

b. Ocupação

Grande ocupação de uma área de litígio próxima ao condomínio "Patrimônio do Carmo", transformada em espaço de reprodução dos costumes tradicionais e protesto por agilização na demarcação do território. Cerca de quarenta famílias praticam a agropecuária de subsistência, com pequenas criações e plantações diversas. Ali também se realizam reuniões com representantes de uma nova associação sobre assuntos quilombolas. O local é motivo de cisão dentro do território pois foram trazidos familiares dos remanescentes, originários de outros locais (Figuras 3, 4 e 5).

Acampamento e histórias sobre antepassados contadas pelos mais velhos

Figura 3 - Pesquisa-ação no Quilombo do Carmo, São Roque/SP. Fonte: Trabalhos em Campo, 2017 e 2018.

Ocupação – Quilombo do Carmo 2017

Figura 4 - Interior de habitação e horta do acampamento no Quilombo do Carmo. Fonte: Trabalhos em Campo, 2017 e 2018.

Cartografia social no Quilombo do Carmo

Figura 5 - Na Associação Quilombola remanescentes apontam locais de importância à sua cultura. Existem vários tipos de mapas, em versões do século XIX até os dias atuais. Fonte: Trabalhos em Campo, 2017 e 2018.

c. Casa Grande

A Casa Grande é um edifício simbólico na história brasileira, que representa a imposição do senhorio, reproduzida em campos de trabalho forçado por todo território nacional. Contemplar sua presença é dar-se por certo da luta empenhada por todos os que por meio dela sofreram, mantendo vigília contra o racismo institucional vivenciado ainda hoje. Na região do Carmo esta estrutura detentora de memória coletiva se mantém sob condições precárias, em contrapartida ao desdobramento econômico que se deu na região. O acesso ao local é indicado por uma pequena placa, seguindo por uma estrada que passa ao lado do bairro.

No topo encontra-se a Casa Grande, núcleo administrativo da antiga fazenda. Do outro lado da via de acesso, a casa de um remanescente e cuidador responsável pelo local. Segundo o próprio, o poder público lhe concedia benefícios no passado, como cestas básicas e subsídios de custo para tomar conta da Casa Grande. Mas atualmente o senhor conta apenas com a estadia na casa ao lado, também de barro. Ele nos orientou quanto ao estado frágil do casarão e prestou-se a apresentar os arredores. O aspecto da estrutura reflete a identidade quilombola, resistente, apesar de muitas vezes desgastada pela ação do tempo, a apropriação cultural e a negligência.

Boa parte das telhas é original, porém na parte frontal muitas foram perdidas ou destruídas pelo tempo, o que levou à substituição por um telhado moderno. As paredes internas estavam manchadas e o assoalho de madeira continha grandes buracos (Figuras 6, 7 e 8).

Segundo o caseiro, a casa foi ocupada uma família de orientais a muitos anos. Há móveis abandonados no interior, junto a encanamentos provenientes de cultura agrícola descontinuada. No interior, um forno à lenha, feito de pedra mantinha marcas de uso. Na parte externa, um tanque de lavar roupas coberto de entulho. Assim como as paredes, a maior parte das portas e janelas mantém sua estrutura centenária original, apesar da degradação. Uma construção próxima e de estrutura mais simples seria a senzala. Nas palavras do cuidador “Ali devia caber uns trinta ou quarenta pretos, se enfileirados em pé”. Hoje a vegetação tomou conta do interior, dificultando o acesso e possíveis análises.

Perspectiva da Casa Grande

Figura 6 - Condições precárias do Patrimônio Cultural Quilombola. Fonte: Trabalhos em Campo, 2017 e 2018.

Aspectos internos e externos da Casa Grande – Quilombo do Carmo

Figura 7 - Nas imagens superiores, portas, janelas e dobradiças possuem estrutura física do tempo colonial. O interior da casa-grande mostra paredes desbotadas e assoalho comprometido. Fonte: trabalho de campo, 2017.

Senzala anexa da Casa Grande

Figura 8 - Precariedade da Senzala doméstica em área anexa da Casa Grande. Fonte: Trabalhos em Campo, 2017 e 2018.

A biodiversidade local inclui uma planta semelhante a um cacto com frutos espinhentos, que cresce em vários pontos. O caseiro nos ensinou a retirar a polpa de forma segura para consumo. De aroma agradável, com sabor e aparência semelhantes à um mamão maduro, porém com peculiaridades e traços originais. As construções ajudam a interpretar o tratamento que havia para os senhores e para os escravos. A Casa Grande possuía mais conforto, incluindo uma entrada de ar e calefação, inexistente na senzala (Figura 9).

Aspectos dos materiais de construção primitivos

Figura 9 - Antigas telhas construídas pelos escravos de forma artesanal e estrutura para entrada de ar na propriedade (Casa Grande). Fonte: Trabalhos em Campo, 2017 e 2018.

d. Pedra Balão

A relação do povo e a terra é marcada pelo próprio relevo, que os quilombolas utilizavam desde os primeiros momentos de resistência. Entre as estruturas geológicas que participam na

memória coletiva destaca-se a Pedra Balão, área de mata nativa que abriga grande parte da biodiversidade da região. Localizada no alto de um morro próximo ao bairro e Quilombo do Carmo, contribui grandemente com boa qualidade ambiental em seu entorno e a preservação essencial na interação homem-meio característica dos trabalhadores da terra. Os quilombolas a utilizavam sobretudo como abrigo natural para fugas e ponto de observação, mantendo estado de alerta à aproximação dos senhores de escravos e outros perigos. Após a abolição essas ações ainda eram executadas, pois as terras foram violentamente disputadas por décadas.

Um dos quilombolas nos levou por uma estrada paralela à linha do trem. Placas advertiam a proibição de ultrapassagem, sinalizando que eram propriedades particulares, embora não houvesse qualquer sinal de ocupação, construção ou uso do solo de qualquer tipo. A trilha em ascensão tinha o solo compactado, indícios de movimentação humana e de carroças. O local foi utilizado para se esconder, recolher as baixas da ocupação e outras finalidades. Carroças e esteiras passavam carregando corpos de escravos e remanescentes até a igreja matriz no centro da cidade de São Roque, onde muitos faziam questão de seu sepultamento. Essas travessias inspiram ainda hoje lendas sobre de luzes bruxuleantes e fantasmas daqueles que morreram escravos.

O caminho até o topo levou cerca de uma hora, momento em que o remanescente aponta uma série de plantas e suas utilidades como estofamento de travesseiros, chás medicinais e alimento. Na parte mais alta havia vacas, que fugiram à aproximação e não foram mais vistas. A Pedra Balão é uma grande rocha granítica em formato oval com cerca de dez metros de altura na parte central do cume. Uma escada de madeira dava acesso à parte superior da rocha, de onde se via toda paisagem do Carmo e cidades próximas a São Roque. O remanescente nos apontou os pontos estratégicos de visão e esconderijo (Figura 10).

Alto da Pedra Balão – espaço simbólico de fuga e visada

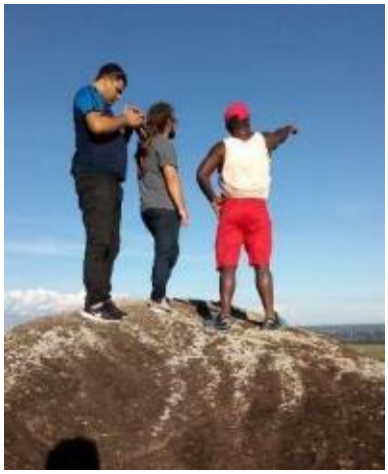

Figura 10 - Visão e posição estratégicas do alto do território quilombola. Fonte: Trabalhos em Campo, 2017 e 2018.

O remanescente contava lendas de fantasmas dos antigos escravos que atravessavam as trilhas para a Pedra Balão, numa narrativa sem distinção de realidade ou mito, entre outras histórias. A seguir discorreu sobre sua vida de maneira informal, contando dessa vez sua própria história. Saído do bairro muito jovem, manteve rotina entre os bairros periféricos de São Paulo,

passando por situações inusitadas no transporte público ferroviário. Retornara ao bairro anos depois, legitimado na cultura e forma de viver dos Quilombolas, reproduzindo sua cultura na presença dos remanescentes.

O caminho de volta ao Quilombo contava com pouca iluminação pública, apesar das luzes nas casas. Ao chegar, ouvíamos membros de todas as idades trocando histórias sobre o local, curiosos sobre nossa experiência na Pedra Balão. O conhecimento passado adiante pelas gerações é evidência de presença viva, da memória compartilhada e unificadora. A subida à Pedra Balão possibilitou maior detalhamento do universo tangível e intangível sob a ótica dos quilombolas e do território ao qual pertencem.

e. Festa de Nossa Senhora do Carmo

A vivência dos remanescentes do Carmo é fundamentada pela a unidade familiar, a devoção e o calendário de celebrações. Uma série de eventos religiosos é coordenada pelos quilombolas a muitas décadas, de forma que estão intimamente associados à sua cultura. As famílias interagem organizando eventos como procissões, novenas e a festa da Santa, que segundo festeiros (Figura 11), leva cerca de seis meses para preparação. A troca de santos e as novenas são encerradas pelas festividades no Dia da Santa, o momento principal de seu calendário. Na festa, há ampla participação comunitária na organização de quermesses e atividades relacionadas. A procissão segue com representantes da igreja no Bairro e a banda local, além dos fiéis que chegam de várias regiões.

f. Cartografando o território

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa foi possível, por meio de diálogos, reflexões coletivas, participação numa série de atividades e manifestações no bairro, na escola, na ocupação e outros espaços referenciais do quilombo, demarcar pontos nodais que traduzem lugares de fé, de refúgio, de habitar, de lazer, de resistir, que sintetizam a riqueza do patrimônio quilombola do Carmo.

Numa abordagem horizontal e dialógica, fora realizado marcações e a tentativa de delimitação destes espaços referenciais, visando a produção de materiais capazes, mais do que descrever e registrar, transformarem-se em ferramentas para a construção da identidade e fortalecimento de autonomia e cooperação entre os envolvidos (Figuras 12 e 13). Neste sentido, consideramos como Acselrad e Viégas (2013, p. 17) que,

> Apesar de suas distinções conceituais e metodológicas, a cartografia social pode ser entendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão. Essa apropriação acontece como resultado de um processo paradoxal, em que o avanço do capitalismo, ao seguir sua lógica de produção e acumulação privada de riquezas, acaba por desenvolver novas tecnologias que vão revolucionar o acesso às técnicas cartográficas, criando possibilidades para a popularização e a utilização dessas técnicas em

> experiências e projetos políticos que questionam muitas vezes as próprias bases do privatismo desse sistema político-econômico. Desse modo, é de acordo com o contexto, os propósitos e os usos que esses grupos fazem da cartografia, bem como da capacidade da mesma de desestabilizar o campo de forças dentro do qual esses grupos se encontram subalternizados ou ainda de problematizar as relações de dominação presentes em cada situação social, que se torna possível definir o alcance de tais experiências e caracterizá-las segundo suas finalidades (ACSELRAD; VIEGAS, 2013, p. 17).

Trata-se assim de um esforço coletivo, cujo resultado do mapeamento deriva em 10 pontos que convergem com os apontamentos da comunidade em diferentes momentos e a partir das múltiplas experiências ao longo do processo histórico (Figura 12). Apesar de localizados no mapa, a abrangência dos espaços é dinâmica e mimetizada pelas diferentes interpretações e vivências, com fronteiras variantes em que a escala da Figura 13 esboça muito precariamente tais limites.

Fieis e organização das festividades de N. S. do Carmo em São Roque

Figura 11 - Festividades de Nossa Senhora do Carmo – 2018, Bairro do Carmo – São Roque/SP. Fonte: Trabalhos em Campo, 2018.

Localização do Patrimônio Material do Quilombo do Carmo – São Roque/SP

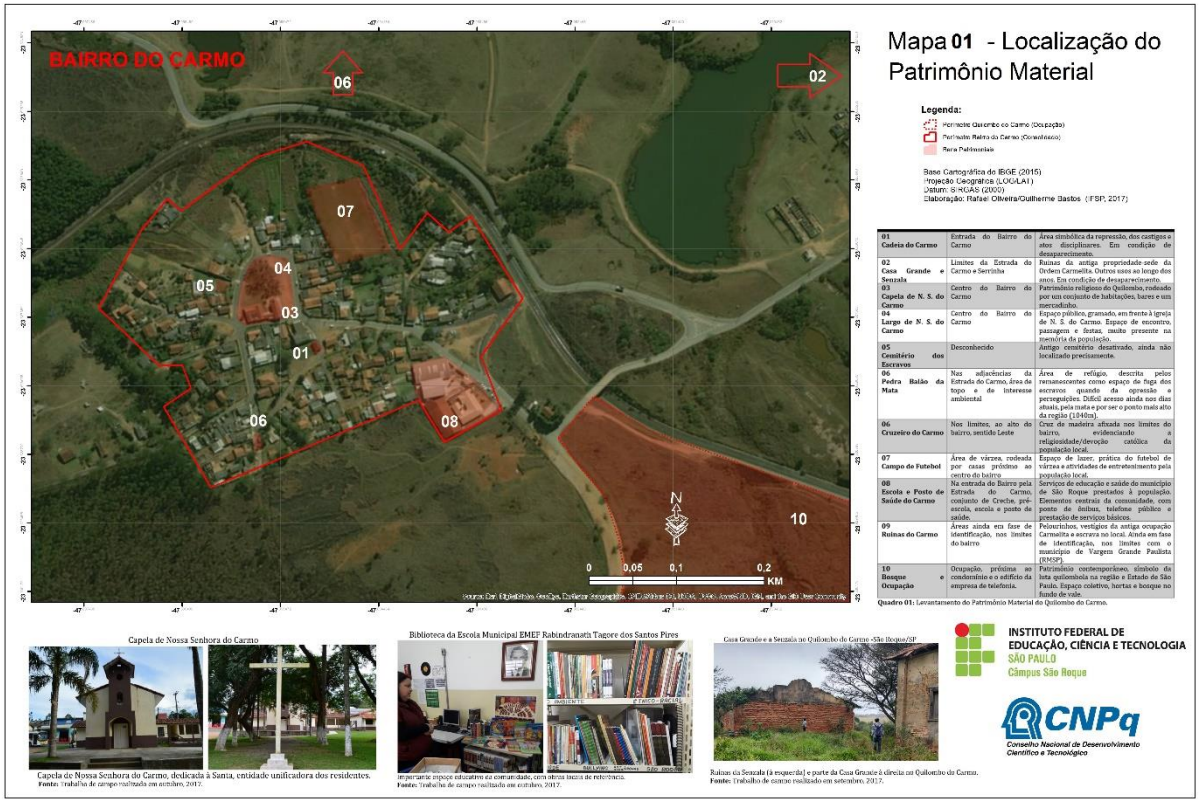

Figura 12 - Mapa social do Quilombo do Carmo e os espaços representativos da memória coletiva. Fonte: Produzido pelos autores, 2018.

A noção de territorialidade, patrimônio e organização social do Quilombo do Carmo é melhor compreendida através de seu histórico e da sua organização espacial. Conforme apontam registros, o desenvolvimento local permeia o cerceamento do patrimônio cultural, tendo transmutado o passado de domínio e submissão em hegemonia econômica e supressão. Alternam-se ações de interesses políticos em prol do esmorecimento da luta por direitos, de forma que as dificuldades para sua titulação envolveriam não somente interesses financeiros no território, mas de racismo institucional. Salienta-se que políticas públicas devem ser apresentadas e esclarecidas aos cidadãos para o exercício de seus direitos e a quebra de preconceitos. O empenho pela conformidade dos quilombos é uma etapa na busca da equidade e o saneamento de uma dívida histórica que perdura desequilíbrio social.

Localização do Patrimônio Material do Quilombo do Carmo – São Roque/SP

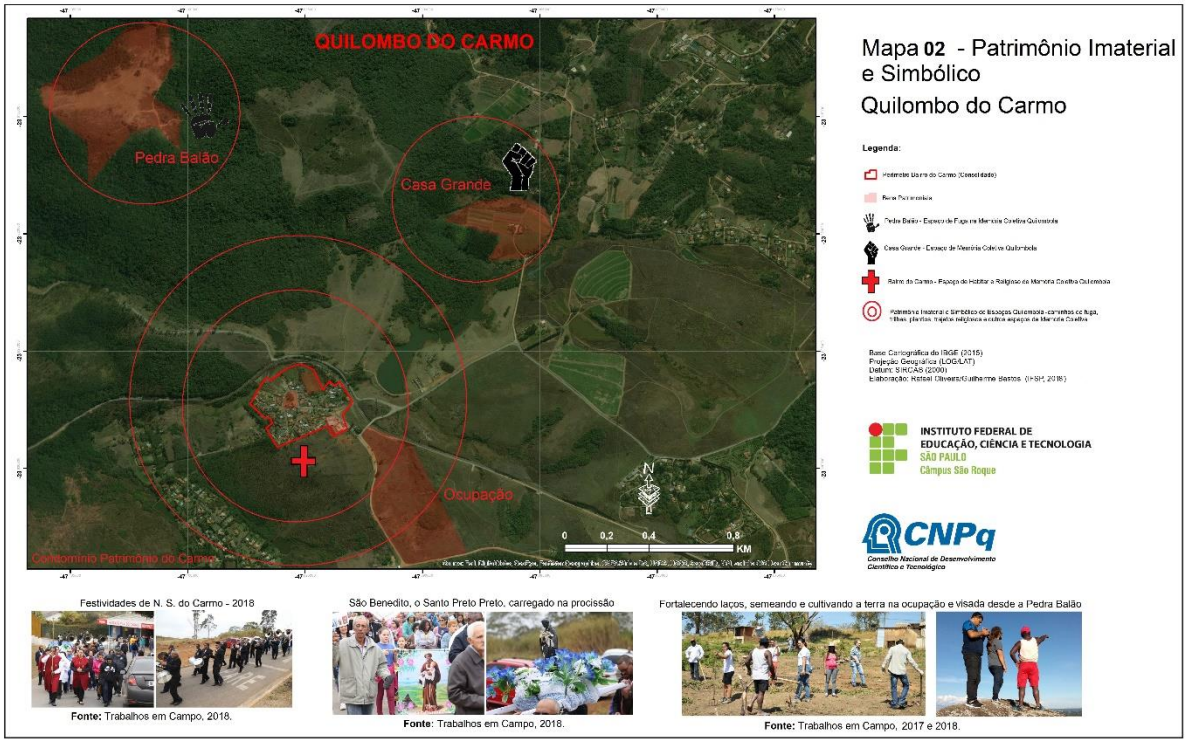

Figura 13 - Mapa social do Quilombo do Carmo e os espaços representativos da memória coletiva. Fonte: Produzido pelos autores, 2018.

Conclusões

A caracterização do patrimônio é apenas uma ferramenta na empreitada pelo reconhecimento de direitos, assim como o fortalecimento identitário. Observa-se no Quilombo do Carmo um potencial ecoturístico e etnoturístico, visto que estruturas como a casa-grande poderiam ser reformadas e abrigar figuras narrativas da história do quilombo pela perspectiva dos remanescentes, através acervos literários, painéis e obras de arte. Da mesma forma, o conhecimento sobre a flora local e a culinária tradicional poderiam lhes servir como educação empírica, ao passo que o turismo de baixo impacto fosse operado com objetivo de demonstrar suas riquezas culturais, de forma a não prejudicar sua essência. Ações de protagonismo poderiam fortalecer o desenvolvimento da comunidade à seu próprio modo característico, sendo estes mesmos o símbolo de êxito da comunidade campesina de ancestralidade negra.

A evidência do racismo institucional, ações coletivas se fazem necessárias para transpor a discriminação que se apresenta em todo país. A união entre o povo, resgate da cultura, a articulação popular e a aliança com instituições de pesquisa são passos para a conquista do equilíbrio e a almejada sustentabilidade, social, econômica e ambiental. Sendo importante salientar a importância da preservação ambiental e cultural que a comunidade é capaz de proporcionar. De fato, há muito mais sobre o Quilombo do Carmo, fatores que até então as pesquisas não foram capazes de abranger em totalidade. Por fim, no acampamento, quando questionados sobre monumentos e histórias importantes para eles, um sorriso espontâneo surge

em meio à resposta e que baliza o que é patrimônio para os remanescentes quilombolas do Carmo em São Roque: “Nós! Nosso povo. Nós somos importantes”.

Agradecimentos

Ao CNPq e a PRP/IFSP pela bolsa PIBIC entre 2017 e 2018, à Associação Quilombola de Nossa Senhora do Carmo pelo apoio estratégico ao longo do projeto (pesquisa e extensão), aos moradores do bairro do Carmo pelo apoio e troca de saberes, aos gestores e professores da EMEF Rabindranath Tagore dos Santos Pires pelas orientações e parceria, ao Instituto Federal de São Paulo – Câmpus São Roque pelas condições materiais à realização desta pesquisa.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, D. *Reunião 2ª deve formalizar uso do termo "presidenta" para Dilma*. IG: São Paulo, 2 nov. 2010. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/reuniao-2-deveformalizar-uso-do-termopresidenta-para-dilma/n1237817938668.html>. Acesso em: 1 jul. 2017.

ACSELRAD, H. O zoneamento ecológico-econômico e a multiplicidade de ordens socioambientais na Amazônia. *Novos Cadernos Naea*, V. 3, N. 2, 2000.

ACSELRAD, H; VIEGAS, R. N. Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, H. (org.). *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio cultural e seus significados. Transinformação [online]. 2004, vol.16, n.2, pp.111-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862004000200001&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: dez. 2018.

BRASIL, República Federativa. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: dez. 2018.

FERREIRA, R. C. Laudos antropológicos, situações de perícia e interface de saberes: dilemas a partir do caso dos remanescentes de quilombos. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social,* v. 5, n. 4, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7412>. Acesso em: jan. 2019.

FILHO, K. P.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbaroi* Santa Cruz do Sul, 2013. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100004>. Acesso em: jan. 2019.

FUNARI, P. P. A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 41, ½, 2001, 23-32. Disponível em: < http://www.ufjf.br/maea/files/2009/10/texto1.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

RABINOVICH, E. P. & BASTOS, A. C. S. O Carmo ou porque um Quilombo não quer ser um Quilombo. *Psicologia Política*, v. 14, n. 7, 2008.

RIOS, A. M.; MATTOS, H. M. A pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198. Disponível em: < http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi08/topoi8a5.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de Quilombo: Identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, n. 10, p.129-136, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2002000100008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: dez. 2018.

SILVA, O. M. Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais. *Inclusão Social*, v. 2, n. 2. Brasília, 2007. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1596/1802>. Acesso em: dez. 2018.

SIMÕES, J., MACEDO, M, BABO, P. *Elinor Ostrom: "Governar Os Comuns"*. Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Mestrado em Economia e Política do Ambiente, 2011.

STUCCHI, D.; FERREIRA, R. Os Pretos do Carmo diante do possível, porém improvável: Uma análise sobre o processo de reconhecimento de direitos territoriais. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2010, v. 53, n. 2, 2010.

[1]Guilherme Jeremias de Oliveira Bastos; Discente em Tecnologia em Gestão Ambiental;

[2]Rafael Fabrício de Oliveira; Doutor em Geografia;

[1,2]Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus São Roque; Rod. Prefeito Quintino de Lima, 2100 - Paisagem Colonial - São Roque – SP; rafael.oliveira@ifsp.edu.br.

Este artigo:
Recebido em: 01/04/2019
Aceito em: 30/06/2019

Como citar este artigo:

BASTOS, Guilherme Jeremias de Oliveira; OLIVEIRA, Rafael Fabrício de. Patrimônio cultural do Quilombo do Carmo: demarcado no território a memória a partir da cartografia social. *Scientia Vitae*, v.7, n.23, p. 50-67, jan./mar. 2019.